

## O Uruguai *blanco*: a divisão política uruguaia e a autonomia do Partido Nacional frente ao governo de Montevideú. (1902 – 1904).

DOBKE, Pablo.<sup>1</sup>

PADOIN, Maria Medianeira.<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo uma breve amostragem acerca da autonomia política característica ao Partido Nacional no que antecede a Revolução uruguaia de 1904, comandada pelo caudilho blanco Aparício Saraiva. Pondo em destaque as participações de chefes políticos dos Departamentos de Cerro Largo, Rivera e Treinta y Três; Departamentos que para o governo constitucional uruguaio, então presidido pelo colorado José Batlle y Ordóñez, formavam um outro “país” e que precisava ser eliminado. No artigo, procuramos elencar algumas situações, que devido ao momento conturbado, acabaram por gerar o último conflito armado envolvendo os tradicionais partidos, analisando algumas situações à luz da Nova História Política, abrangendo assim não somente as ações partidárias legais dentro da agremiação, como também a política de cunho marginal na qual os blancos sabiam promover-se muito bem no espaço fronteiriço que divide o Estado Oriental do Estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

**Summary:** This article aims at a brief sampling feature about political autonomy to the National Party in Uruguay before the Revolution of 1904, led by warlord blanco Aparício Saraiva. Highlighting the participation of political leaders from the Departments of Cerro Largo, Treinta y Tres and Rivera; Departments that for Uruguayan constitutional government, then headed by colorado José Batlle y Ordóñez, formed another "country" and needed to be eliminated. In the paper, we list some situations, due to that troubled time, eventually generating last armed conflict involving the traditional parties, analyzing some situations in the light of the New Political History, thus covering not only legal party in the actions of the club, as well as policy in which the marginal nature blancos knew promote themselves very well in the border area that divides the Uruguay and Brazilian state of Rio Grande do Sul.

### Introdução.

O presente trabalho é resultado referente ao projeto de pesquisa “*Por la Patria!* As relações de poder de Aparício Saraiva no espaço fronteiriço platino (1893 – 1904)”, desenvolvido na Linha de Pesquisa “Integração, Política e Fronteira” do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria. Este estudo faz parte do projeto guarda-chuva intitulado “História da América Platina e os processos de construção e consolidação dos Estados Nacionais no século XIX e início do século XX”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Medianeira Padoin, vinculado ainda ao Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM História Platina: sociedade, poder e instituições e ao Comitê História, Regiões e Fronteiras da AUGM. É importante destacar que o autor possui bolsa FAPERGS/CAPES.

Cabe destacar também neste espaço, que o presente artigo foi apresentando no *I Congreso Internacional Nuevos Horizontes de Iberoamérica*, realizado nos dias de 6, 7 e 8 de novembro deste ano na *Universidad Nacional de Cuyo*, na cidade de Mendoza/Argentina; e que para ser publicado sofreu algumas modificações.

Desta maneira, o presente trabalho tem a finalidade de fazer uma reflexão acerca da autonomia política que o Partido Nacional logrou com o findar da Revolução de 1897, no entanto, buscamos elucidar aqui as situações referentes ao período eleitoral – que elegeu José Batlle y Ordóñez a presidência da República – até o início da Revolução de 1904. Analisando desta forma, a

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, atuando na linha de pesquisa Integração, Política e Fronteira.

<sup>2</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; professora associada ao Departamento de História; professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Orientadora. Universidade Federal de Santa Maria – [UFSM.mmpadoin@gmail.com](mailto:UFSM.mmpadoin@gmail.com)

mobilização partidária que se deu em torno do líder *blanco* Aparício Saraiva, assim como a legitimidade de sua liderança e suas relações.

Com o assassinato do presidente Juan Idiarte Borda e a ascensão de Lindolfo Cuestas ao poder (ambos do Partido Colorado), o exigido pelos *blancos* é negociado e aceito, pondo assim, fim a Revolução de 1897 com o *Pacto de La Cruz*<sup>3</sup>. Sendo dissolvidas as forças armadas do Partido Nacional, e pondo seis distritos eleitorais (Departamentos de *Rivera*, *Cerro Largo*, *Treinta y Tres*, *San José de Mayo*, *Flores e Maldonado*) na mão dos saraivistas<sup>4</sup>, que neste momento, tinham direitos de controle acerca de um terço do território da república uruguaia. (CHASTEEN, 2003).

Para o historiador Enrique Mena Segarra (1977), a escolha destes departamentos foi de forma proposital, pois os três primeiros agiriam de forma estratégica na linha de fronteira com o Rio Grande do Sul, sendo facilitada a recepção de provisões, principalmente de armas, que atravessariam sem problemas a fronteira seca no caso de *Rivera* e *Cerro Largo*; para *Treinta y Tres* a travessia se tornava mais difícil, porém, não impossível, pois necessitaria da barca para cruzar a costa da Lagoa Mirim. Na situação dos outros três departamentos, a escolha foi pela proximidade da capital, como uma forma de cercar o principal distrito eleitoral, seja para cooptação de votos ou para uma eventual atividade bélica, nunca descartada pelos nacionalistas.

Desde então, o chefe político do Partido Nacional, Aparício Saraiva, detinha o controle total dentre os citados Departamentos, direcionando sua influência administrativa, fazendo que até mesmo a polícia fosse ligada ao partido, estabelecendo assim um exército *blanco* permanente sob o comando do caudilho.

Para Ana Reckziegel (1999), o pacto firmado entre governistas e rebeldes ia muito mais além do que a simples outorga de seis Departamentos aos *blancos*, pois, “este implicava na coexistência de dois governos: Cuestas em Montevideu e Saraiva em *El Cordobés*. Daí a instabilidade do acordo, pois bastava que o presidente quisesse governar, de fato, o país para que a guerra civil se tornasse uma ameaça iminente”.

Contudo o que mais preocupava o governo central, além da instabilidade administrativa, era a estreita relação que Aparício mantinha do outro lado da fronteira; com o findar da Revolução de 1897, Saraiva tratou de imediatamente fazer as pazes com Júlio de Castilhos e os perrepistas<sup>5</sup>, seus antigos inimigos de 1893, principalmente com o chefe da guarda de fronteira, João Francisco Pereira de Souza, o qual iria virar grande amigo do caudilho *blanco* e importante articulador das facilitações na zona fronteira de *Rivera* – Santana do Livramento.

Para o PRR, essa articulação tinha um só interesse, o de que Saraiva e os *blancos*, não voltassem a manter relações cordiais com os federalistas sul-riograndenses, principalmente com as figuras de Gaspar Silveira Martins e Rafael Cabeda, dois dos principais líderes desta facção política ao se tratar da região da fronteira. (RECKZIEGEL, 1999).

No entanto, embora as articulações mantidas pelos *blancos* do outro lado da fronteira, o mandato de Cuestas como presidente manteve certa instabilidade e equilíbrio; o período de co-participação se mantinha viável para ambos os partidos, pois, apesar dos dois governos –

---

<sup>3</sup> Pacto acordado em 18 de setembro de 1897, onde foram firmados verbalmente os devidos desígnios em prol do Partido Nacional. Ver mais em: VIVES, Enrique Méndez. El Uruguay de la modernización. *Historia Uruguaya Tomo 5*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2007. PP. 87-88.

<sup>4</sup> Seguidores do líder *blanco* Aparício Saraiva; chefe político e militar durante as revoluções de 1897 e 1904.

<sup>5</sup> Alcinha designada aos seguidores do Partido Republicano, neste caso, do PRR (Partido Republicano Rio-Grandense).

Montevideu e *El Cordobés* – o país conseguia conservar a paz, fato caro aos diplomatas *colorados*, além de um maior envolvimento do Partido Nacional frente às decisões tomadas. (MÉNDEZ VIVES, 2007).

Acerca da co-participação firmada em 1897, cada decisão importante que deveria ser tomada pelo governo constitucional, não era aprovada sem antes passar por *Cordobés* e ter o consentimento de Saraiva, assim como o controle total dos Departamentos acima citados. Para Enrique Mendéz Vives, “em seis Departamentos do país, o governo tinha que pedir licença para entrar”. (MÉNDEZ VIVES, 2007).

A formação de uma soberania por parte do Partido Nacional nos distintos Departamentos citados e a identificação de Aparício Saraiva como o líder *blanco* que precisava ser respeitado, fez com que o Partido Colorado se desequilibrasse internamente ocasionando uma série de dificuldades para o então presidente Lindolfo Cuestas que para os *colorados* insistia em uma política de dialogo com os nacionalistas, respeitando o enclave governamental que existia no país. Da mesma maneira, o Partido Nacional, neste momento não detinha uma unidade em suas fileiras, a divisão setORIZADA traria problemas futuros ao partido, a união de 1897 se tornava efêmera e preocupante. (MÉNDEZ VIVES, 2007).

Com a proximidade das eleições senatoriais de 1900, a inquietação de Aparício referente à lei de “livre” sufrágio era evidente, pois somente os alfabetizados teriam direito ao voto, desta maneira, o caudilho fez com que o envolvimento partidário nacionalista fomentasse a adesão cívica promovendo cursos de alfabetização, onde na verdade, se ensinava a escrever somente o nome para a firma na hora do voto. O fruto dessa mobilização foi demonstrado nas urnas, a chance de vitória por parte dos nacionalistas sem um acordo com os colorados parecia por demais favorável, e assim se fez; os Departamentos de *Rivera, Treinta y Tres, Flores, Rio Negro e Rocha* ganhavam senatorias *blancas*, em *Tacuarembó* o partido foi derrotado por uma escassa margem. (MENA SEGARRA, 1977).

Os colorados temiam por este desfecho, principalmente o antigo presidente do senado, José Batlle y Ordóñez, que havia perdido o cargo devido ao voto do diretório nacionalista em Juan Carlos Blanco, desta forma, Batlle ficou alijado do poder exclusivo que o Partido Colorado o dispunha, no entanto, abriu as portas para que o mesmo se pusesse como pré candidato a presidência da República, se lançando de forma determinada contra o Partido Nacional. Em declaração logo após a derrota de 1900 deixou claro seu rancor, dizendo que haveria de acabar as contemplações ao Partido Nacional e que sua meta, de qualquer maneira, seria a reconquista dos Departamentos perdidos. (UMPIÉRREZ, 2007).

Devido ao grande número de correligionários que o procuravam, Aparício, desde 1899 trasladara-se para a capital de Cerro Largo, a cidade de Melo. Lá, o caudilho adotou *status* de homem poderoso, no entanto, viu seu partido dividir-se frente às eleições para a Câmara de Representantes de 1901 e foi justamente essa divisão que acabou por designar José Batlle como candidato as eleições presidenciais. (MENA SEGARRA, 1977).

## **1. O preâmbulo eleitoral e a eleição de José Batlle.**

A análise de um período eleitoral seja ele qual for, é sempre uma tarefa difícil, as opiniões projetadas nem sempre satisfazem os entusiastas partidários, principalmente ao tratar-se do caso

uruguaio. No entanto, não nos cabe aqui esse tipo de análise e sim uma descrição que visa contribuir para um melhor entendimento do proposto pelo artigo<sup>6</sup>.

Finalizada as eleições de 1901, as chamadas “classes conservadoras”, em sua maior parte formada por grandes fazendeiros e comerciantes, fez valer sua influência em meio aos dirigentes de ambos os partidos em favorecimento de um novo acordo para manter a qualquer custo a paz. Segundo Mena Segarra, essas tratativas só trouxeram benefícios para o lado colorado, principalmente para o presidente Cuestas que esperava terminar tranquilamente seu mandato. (MENA SEGARRA, 1977).

A fórmula da paz que propunha o novo acordo eleitoral teria ainda de passar pela Convenção do Partido Nacional. Saraiva fez com que o diretório soubesse de sua opinião referente ao tema, o caudilho não aceitaria um trato feito sob pressão, baixo essa decisão o diretório se dividiu, o que gerou a renúncia de Saraiva da presidência honorária do partido. Por fim, o acordo obteve aceitação da maioria, isto é, o Partido Nacional, mesmo com plenos direitos, não colocaria um candidato para disputar a presidência; em meio às desilusões provocadas pelos bastidores da política, o caudilho decide por retirar-se de cena momentaneamente. (RECKZIEGEL, 1999).

Neste momento, as disputas internas tornaram-se ainda mais acirradas, Aparício recebia as mais diversas acusações, as relações entre civis e militares dentro do partido chegaram ao seu ponto mais baixo. Aparício não entendia como depois de tanta luta pelo direito a voto o partido nem sequer se atrevia a exercê-lo. Por outro lado, o caudilho recebia duras críticas de alguns partidários, feitos principalmente pelo escritor e jornalista Eduardo Acevedo, que acusava Aparício de tentar converter-se em um ditador do Partido Nacional. (MENA SEGARRA, 1977).

No entanto, Saraiva contava com a cooperação de dois importantes membros do partido, Abelardo Márquez e Carmelo Cabrera; o primeiro, conhecido chefe político de *Rivera* e que tinha como encargo a compra de armas no Brasil e repassá-las ao Departamento de *Cerro Largo*. O segundo atuava como um agente do caudilho, responsável pelas conversas com o diretório nacionalista em Montevideú assim como com possíveis aliados no Estado brasileiro do Rio Grande do Sul e na Argentina. (RECKZIEGEL, 1999).

Em sua retirada estratégica, Aparício parecia prever um agravamento da situação e não descartava a eclosão de um novo movimento armado, para isso tratou de armar e treinar seus comandados. Segundo Reckziegel (1999), o local escolhido para tal treinamento foi a propriedade de João Francisco Pereira de Souza, o caudilho rio-grandense, como já mencionado anteriormente, manteve estreitos laços com Aparício e com a conivência das autoridades do Estado brasileiro, ali fora feito o treinamento militar dos futuros beligerantes.

Para o Partido Nacional, a liderança de Aparício era de suma importância, pois, apesar das diferenças internas que eclodiam no partido – e acima de tudo, as diferenças pessoais – Saraiva sempre se pôs a margem das discussões, preferindo muitas vezes se ausentar das reuniões do partido no diretório central em Montevideú, dizendo que os bacharéis é que deveriam tomar as decisões pertinentes a vida política do partido. (CHASTEEN, 2003).

As vésperas das eleições presidenciais, os colorados possuíam três candidatos: o ministro Eduardo Mac Eachen, o ex-presidente do senado José Batlle – apontado como favorito pela maior parte da bancada – e o preferido pela maioria nacionalista, Juan Carlos Blanco. Com a divisão interna do Partido Nacional, os votos da minoria se bifurcaram entre Mac Eachen e Batlle – apoiado

---

<sup>6</sup> Para uma avaliação histórica acerca do estudo das eleições e a compreensão dos comportamentos eleitorais, ver: RÉMOND, René. As eleições. In: \_\_\_\_\_ *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 37-55.

principalmente pela ala de Eduardo Acevedo – dessa maneira, com 55 votos foi eleito José Batlle a presidência da República, a contragosto da maioria dos *blancos*. (MÉNDEZ VIVES, 2007).

## 2. A política agressiva de *Don Pepe*.

*Don Pepe*, assim era chamado o presidente eleito José Batlle y Ordóñez; ex deputado e senador, Batlle começou sua carreira política durante o movimento contra o governo militarista de Maximo Santos, participando inclusive da Revolução do *Quebracho* (1886)<sup>7</sup>, no mesmo ano fundou o jornal *El Dia*, difusor oposicionista e ideológico acerca de uma nova organização para o Partido Colorado. Como chefe político, apoiou Julio Herrera y Obes a presidência, vindo em seguida a desvincular-se do mesmo, alegando que o presidente praticava uma política aristocratizante e que o partido deveria ampliar a participação popular, criando assim os clubes populares seccionais que passaram a ser conhecidos como *coletivistas*. (NAHUM, 2007).

O presidente eleito tinha como principal objetivo a eliminação do governo bicéfalo no qual se encontrava o Uruguai; desafiando claramente os poderes de Saraiva, Don Pepe, claramente não aceitava as contempações angariadas pelos *blancos* no período do presidente Cuestas e queria a todo custo “unificar” o país sob sua tutela. Para isso, tratou logo de consolidar suas forças com a maioria *colorada* e alguns dissidentes *blancos* que já haviam se mostrado contra o poder de Aparício, assim, o presidente eleito desconheceu o trato feito em 1897 no Pacto de La Cruz, negando aos adversários as conquistas conseguidas anteriormente. (RECKZIEGEL, 1999).

O grupo situacionista, que almejava implantar o seu regime de governo reformista voltado às classes sociais emergentes, industriais e urbanas, via o Partido Nacional e sua oligarquia pecuarista tradicional como um verdadeiro embaraço para seus planos, semelhante à representação adotada por Raymond Williams (1989) no clássico “Campo e Cidade”, onde o Partido Colorado representava a cidade como evoluída e modernizada, enquanto o Partido Nacional ficaria com o campo, tido como atrasado política e socialmente, tendo como base a antiga elite caudilhesca. (DOBKE, 2012).

Para isso, Batlle tratou logo por em prática seu plano, ignorando a gravidade de tal ação, nomeou novos chefes para os Departamentos de *San José* e *Rivera*, estes ligados aos *blancos* dissidentes de Eduardo Acevedo. Ao tomar conhecimento da designação, Abelardo Márquez, chefe político de *Rivera* consultou Aparício acerca da atitude a ser tomada, tendo telegrafado ao caudilho; como resposta, Aparício ordenou que Márquez não entregasse a cidade, sendo esse o estopim de um novo movimento armado. (RECKZIEGEL, 1999).

Assim, o caudilho *blanco* não teve outra alternativa, reorganizou suas tropas e em menos de uma semana já se achavam mais de 1500 cavaleiros a sua disposição e em um ato de exibicionismo passou a tropa de *paisanos* em revista aos grito de “*viva el general, viva los gauchos!*”. (CHASTEEN, 2003). Clara alusão a divisão que se fazia presente no país, Aparício o representante das massas rurais da campanha, por sua vez, Batlle, o representante da metrópole Montevideú.

Neste contexto cabe lembrar que as hostes guerrilheiras de Aparício eram quase em sua totalidade formada por *paisanos*, homens habituados ao rigor do pampa, hábeis ginetes e acima de tudo, fieis ao seu general. Segundo alguns autores, o contingente de Saraiva trazia também uma numerosa legião de índios, fato este que levou estas milícias a receberem a designação popular de “*indios de Aparício*”. (GONZALEZ; RODRIGUEZ VARESE, 1990).

---

<sup>7</sup> A Revolução do *Quebracho* foi um curto movimento de oposição contra o presidente Maximo Santos; mesmo que derrotado militarmente, teve forte impacto político, contribuindo assim para a crise final do governo de Santos. (MÉNDEZ VIVES, p.32. 2007).

No entanto, apesar de prontos, os nacionalistas viram seus planos de uma nova revolução adiados; Alfonso Lamas, secretário do diretório geral do Partido Nacional e o mediador José Pedro Ramírez foram até o acampamento de Aparício com um novo acordo. O *Pacto de Nico Pérez*, assim chamado por ter sido celebrado na localidade de mesmo nome, trazia três pontos básicos para que a paz se mantivesse: Que as chefaturas dos cinco Departamentos *blancos* (*Maldonado, Flores, Cerro Largo, Treinta y Tres e Rivera*) continuassem na mão de membros filiados ao Partido Nacional; que o Departamento de San José fosse também chefiado por um nacionalista, porém, sem a intromissão do partido, isto é, poderia ser um escolhido pelo Partido Colorado; e por fim, que o acordo só teria validade durante o período presidencial de José Batlle. (MÉNDEZ VIVES, 2007).

Ainda segundo Méndez Vives (2007), havia um ponto duvidoso no acordo, pois os nacionalistas diziam que verbalmente o presidente Batlle havia firmado que não moveria tropas do exército para os mencionados Departamentos; contudo, segundo os *colorados*, Batlle se comprometeu a não mover mais suas tropas em caso de uma mudança eleitoral, deixando a chefia com os nacionalistas, por tanto, qualquer outra situação seria passível de uma “invasão” por parte do presidente.

O *Pacto de Nico Pérez* soou muito mais como uma trégua do que propriamente um acordo; a fins de 1903, Batlle já havia equipado e reorganizado as tropas do exército regular, postando estrategicamente seus generais em posições privilegiadas para um ataque. Aparício tenta certificar-se com o diretório geral de Montevideu acerca do que deveria ser feito perante a mobilização *colorada*, pois ele mesmo ouvira que hostes do partido rival haviam reunido grande número de pessoas e cavalhadas, preparando-se assim para um futuro combate. Esta situação foi imediatamente comunicada ao ministro de guerra uruguaio pelo chefe *blanco* de Cerro Largo, Villamil y Casas, porém o ministro Campisteguy disse que nada poderia fazer, visto que a revolução era iminente. Mais uma vez estava tudo nas mãos do general, que sem perder tempo reorganizou os chefes políticos locais, suas milícias e acima de tudo, chamou para si mais uma vez o comando geral da insurreição. (UMPIÉRREZ, 2007).

As vésperas de eclodir a revolução, Aparício reunira-se com um delegado do partido, Rodríguez Larreta e com o delegado do diretório geral, Alfonso Lamas para decidir o caminho a ser tomado dentro deste truncado jogo político que se deu as vésperas da última guerra civil em solo uruguaio. Para Saraiva era uma decisão simples a ser tomada, visto que o pacto de 1903 deveria manter sua continuidade, porém, os *blancos* ouviram a negativa vinda diretamente do presidente da República, assim, a sorte seria lançada. (UMPIÉRREZ, 2007).

### **3. A fronteira como estrutura revolucionária.**

Não é por acaso a preocupação de Aparício referente à movimentação *colorada*, principalmente naquilo que toca os três Departamentos fronteiros ao Estado brasileiro do Rio Grande do Sul – *Rivera, Cerro Largo e Treinta y Tres*. Pois se os *colorados* retomassem o poder dessas localidades frustrariam por completo as aspirações de Saraiva de um novo levante bélico, além, é claro, de embargar uma série negociações que se davam por meio desse espaço.

Para o Partido Colorado, as relações que Aparício mantinha com o Rio Grande do Sul eram por demais perturbadoras, pois o livre acesso comprometia a integridade nacional uruguaia e a autonomia *blanca* nesses Departamentos soava como o principal imbróglio para as aspirações de Batlle, pois a estreita relação que Aparício sustentava do outro lado da fronteira era de vital importância na conjuntura em que se encontrava o país Oriental.

Por outro lado, o interesse dos governantes sul-riograndenses na contenda uruguaia era evidente, pois asperezas entre o PRR e os federalistas alojados na fronteira ainda se fazia presente

mesmo após a beligerância de 1893. Muitos dos antigos líderes federalistas haviam passado para o lado uruguaio após 1895, principalmente para o Departamento de *Rivera*, e de lá articulavam suas ações contra o governo situacionista. Assim, o apoio dos líderes perrepistas a Aparício era muito mais como uma troca de favores, pois a preocupação destes, era justamente uma nova revolução em solo rio-grandense e a manutenção dos *blancos* no poder de *Rivera*, de certo modo, ajudava a controlar o ímpeto dos antigos aliados de Aparício. (RECKZIEGEL, 1999).

O autor Alejo Umpiérrez (2007) cita em seu livro “*La forja de la libertad*”, um outro princípio básico da importância de se manter o controle na região fronteira mesmo em tempos de paz; o contrabando, livre das altas taxas aduaneiras, facilitava sobretudo o trânsito dos rebanhos bovinos, principal atividade de Aparício e de muito outros habitantes da região. O controle da fronteira significava para Aparício muito mais do que a simples tomada política por parte dos *colorados*, significava uma mudança na ordem das coisas, principalmente no aspecto socioeconômico, interferindo também na vida campesina da região; a fronteira exercia dessa maneira uma função importante, o entendimento social de seus habitantes e, sobretudo, seu modo de vida.

Em período de guerra, a fronteira servia como ponto de fuga, pois, a mobilidade era o maior trunfo dos insurretos; isso muito se deve a característica de ser uma guerra sem quartel, baseada em táticas de guerrilha, onde o ataque revolucionário era quase sempre acompanhado de uma rápida retirada. Outra característica importante que deve ser assinalada é de que a maioria dos pelotões era formado por homens que conheciam com total eficácia o terreno em que agiam. Contudo, ambos os caudilhos possuíam um determinado ponto em sua área de atuação que poderia ser bem como uma parada de encontro, um lugar onde poderiam recompor suas forças e organizar novos rumos. (DOBKE, 2012).

Para Aparício, este lugar seriam as ribeiras do grande Rio Negro, que durante o inverno se transformava em um grande labirinto de várzeas, o que dava certa vantagem tática ao exército insurreto na hora de acantonar-se. Além desta vantagem, o rio poderia ser rota de transposição para o estado do Rio Grande do Sul, já que o curso deste tem sua nascente na cidade de Bagé. (CHASTEEN, 2003).

O Caudilho Oriental procurou, basicamente, movimentar-se por quatro departamentos – *Cerro Largo, Durazno, Tacuarembó e Rivera* -, porém isso não quer dizer que a revolução não tenha se espalhado por outras partes do país; a movimentação de Aparício por estes departamentos parece ser óbvia do ponto estratégico, dois deles fazem fronteira com o Rio Grande do Sul (*Cerro Largo e Rivera*), enquanto, os outros dois se localizam mais ao centro do país (*Durazno e Tacuarembó*). Porém, Saraiva não se limitou a apenas esses departamentos, andou por *Salto e Paysandú*, onde acossado pela vanguarda de Justino Muniz foi obrigado a travar encarniçada batalha às margens do *Rio Daymán*, a qual ficou conhecida como Batalha do Passo do Parque. Depois deste, atravessou novamente o Rio Negro – desta vez sobre as pontes flutuantes construídas pelo engenheiro Carmelo Cabrera, pois o rio não dava vau devido às cheias – chegando ao departamento de *Treinta y tres*, com o objetivo de mais uma vez chegar à fronteira, desta vez pela Lagoa Mirim. (UMPIÉRREZ, 2007).

Neste sentido, cabe mencionar o aspecto regional, pois, Aparício como um habitante da fronteira concebia esta área como uma região, não obedecendo – por assim dizer – limites entre os Estados nacionais de Uruguai e Brasil. Com esse parâmetro, buscamos a definição no texto “*Propuesta de definición histórica para región*” de Arturo Taracena (2008); onde o autor coloca que a região não é determinada pelo Estado-Nação e sim por um território com características próprias, um espaço construído no âmbito social, muitas vezes antecedente ao Estado consolidado. Outra questão importante levantada pelo autor é de que a região de fronteira não possui um limite

precisamente definido, pois ela esta sujeita a temporalidade e a capacidade de sua territorialização, principalmente naquilo que tange as elites regionais e os grupos sociais dominantes.

Talvez este ponto explique por si só a expansão da influência de Saraiva no além fronteiras nacionais, demonstrando como este agia conforme suas necessidades, atuando em um espaço que constitui uma mesma região, seja no Uruguai ou no Brasil e principalmente, fazendo parte de uma elite local, a qual lhe dava plenas condições para tais manobras.

#### **4. A legitimação de Aparício Saraiva como caudilho nacionalista.**

Para Aparício, a liderança em meio às hostes rebeldes se dava, principalmente, pelo teor carismático que o general exercia, porém, o objetivo aqui não é a discussão deste elemento em si, e sim os meios que o levaram a exercer o fenômeno político-social conhecido como caudilhismo; não em uma esfera de terror e imposições como manda o aspecto tradicional deste, e sim com as peculiaridades tão distintas deste líder (CHASTEEN, 2003). Contudo, cabe neste espaço uma breve conceitualização do caudilhismo e do caudilho sul-americano, principalmente aquele vinculado aos países de língua espanhola da bacia do Rio da Prata durante o século XIX até o início do XX.

Para alguns autores, no caso de Rubén Zorrilla (1994), o caudilho é uma manifestação da vida constituída por ditos homens, somada ao seu espaço e peculiaridades do terreno em que vive. Enfim, sendo o que é não por acidente e sim por antecedentes inevitáveis e alheios a sua vontade. Sendo assim, o caudilho seria o fruto social de seu meio, aquele que por alguma circunstância se viu obrigado a interceder por alguma causa vinculada direta ou indiretamente a ele. Cabe ainda mencionar o caráter de *caudillo gaucho* colocado por Zorrilla (1994), que seria aquele que defende os direitos populares de determinada região contra um governo centralista opressor; talvez seja este o conceito que mais se encaixe nas devidas proporções.

Frente a estas características expressas por Zorrilla (1994), podemos perceber como Saraiva agia na esfera política e social a fins do século XIX e início do XX, não nos detendo somente as suas práticas como general ou o modo de como fazer uma revolução, para isso trouxemos o texto “*Guerra y sociedad en el litoral rioplatense en la primera mitad del siglo XIX*”, de Raul Fradkin (2012); neste o autor coloca que além das formas de fazer a guerra, deve-se observar outras configurações, onde se destacam a organização das forças, a mobilização de recursos humanos, materiais e simbólicos; se há uma obediência constituída, lealdades, solidariedades e identidades coletivas.

As forças de Aparício tinham como grande característica o avultado número de partidários, não só do Partido Nacional, como partidários do próprio, pois este representava, acima de tudo, a esperança de uma ferrenha oposição a política intervencionista do presidente eleito José Batlle. Ao contrário de muitos membros do Partido Nacional que defendiam um sistema político oligárquico e doutoral, Saraiva baseava suas ideias em uma política agrarista e pró-pecuária, posição esta que tanto agradava aqueles que dependiam destes dois setores da economia para sua própria subsistência. (REAL DE AZÚA, 1968).

Desta maneira, Aparício canalizou em seu redor, não somente seus agregados, trabalhadores de sua estância, assim como todos aqueles interessados em um processo menos radical no qual propunha Batlle, que vislumbrava um Uruguai moderno, com latifúndios divididos em colônias prontas e a espera do imigrante empreendedor que traria desenvolvimento ao interior do país. (FREGA; MARONNA; TROCHÓN, 1991). Porém, Batlle não se perguntou o que faria com as centenas de famílias que agregadas às estâncias dependiam do trabalho pastoril nos grandes latifúndios; ou onde ajustar aqueles homens que contratados para trabalhar temporariamente como



tropeiros, domadores ou esquiladores, faziam do próprio pampa a sua casa, foi com estes que Saraiva se preocupou e foram estes que os seguiram.

Ainda cabe mencionar que Aparício, como já antes exposto, estava vinculado diretamente ao partido, sendo este, nome de grande importância em suas demandas internas; contudo, a aplicação do fenômeno caudilhismo e por consequência, a atribuição de caudilho, dava-se estritamente em tempos de convulsão política, onde este assumia dito posto respaldado por seus feitos em rebeliões passadas; porém, a liderança e capacidade para exercê-la somente era encaminhada pela grande aceitação popular que o chefe possuía.

Aceitação, justamente pelo fato de opor-se ao governo legal sempre que necessário, impondo assim, uma resistência política, mesmo que por via das armas; a guerra para o historiador francês Jean-Pierre Azéma (2003) pode ser pensada e introduzida de outra maneira neste caso, pois, apesar do mal físico que esta traz, todavia, nesta ocasião, ela ocasiona o bem moral, faz justiça à palavra política de quem a defende.

E por tratar-se de uma representação política de defesa, o chefe em questão via-se como canalizador em potencial de seu meio, como já fora visto, o caudilho é um fruto do seu modo de vida; assim, a questão vinculada a uma proteção de seus acaudilhados baseado na troca de favores pode ser descartada, pois, se Aparício se faziam interagir naturalmente em meio de seus comandados, não era de se estranhar se estes os vissem como um igual.

Mesmo fazendo parte de uma elite política local e por representar ferozmente seu partido, o chefe acabava por tornar-se um híbrido, misto de líder feudal com seu exército somado a característica que lhe dava maior confiabilidade, pois além de defender as necessidades partidárias, defendia também os interesses daqueles que se arregimentavam em torno; diferentemente do que acontecia nas grandes cidades, principalmente representadas pelas capitais, onde a relação entre empregador e empregado se dava paralelamente, como explica Flávio Heinz (2006):

Contrariamente o que ocorria nas cidades, onde empresários e trabalhadores se relacionavam em dois sistemas paralelos de representação de interesses, tutelados por um Estado que buscava conciliar seu papel de protetor social e agente do desenvolvimento econômico, no espaço rural, anunciava-se então, uma forma híbrida de representação. (HEINZ, 2006).

Tomando as devidas proporções, podemos dizer que Aparício transitava por diversos setores da sociedade, seja por meio do vínculo partidário ou de suas ações cotidianas em sua estância. Pensando nisso, colocamos Aparício como um homem “do político”, o que para Pierre Rosanvallon (2010), seria como uma modalidade da existência comum, uma forma de ação coletiva que se distingue do exercício da política.

Como mencionado mais acima, algumas características de Aparício Saraiva indicam o capital político do caudilho, assim como explica Bourdieu (2001); capital político como forma de capital simbólico, fundado no crédito do qual Aparício apoiava-se, sendo a ele conferido justamente pelo seu reconhecimento perante seus acaudilhados. Contudo, esse capital só pode ser conservado a custo de um permanente trabalho, que é a acumulação deste crédito e evitando o descrédito.

Tanto o conceito de “do político” de Rosanvallon (2010), como o de “crédito e crença” de Bourdieu (2001) podem ser aplicados neste caso, visto que o citado agente possuía a convergência necessária de ambos, pois longe da ideologia partidária, primeiro agia no âmbito do social com seus pares pela campanha, o que fez com que ganhasse tais créditos, o que lhe conferiu não só postos de poder, como também o respeito de seus comandados.

Outro fator importante que nos salta aos olhos e, diz respeito a identificação e hegemonia dos *blancos* na região da campanha, principalmente nos Departamentos fronteiriços de *Rivera*, *Cerro Largo* e *Treinta y Tres*, pois além destes três departamentos serem extremamente importantes para as ações políticas do partido, se configuravam pelo estilo de vida campesino, o que de certo modo agia no imaginário cultural tanto dos líderes, que das estâncias tiravam seu substrato econômico, como também de seus agregados, que muitas vezes viam no chefe, um tipo de protetor, remetendo a relação patriarcal.

Assim, podemos pensar a partir do texto de Francis Mulhern (1999), “A política dos estudos culturais”. Com este, podemos de certa forma analisar a relação entre cultura e política, pois, pode-se entender cultura e política como abrangendo a totalidade das relações sociais, mas elas fazem isso de maneiras distintas. A política difere de outras práticas sociais em virtude de seu papel na determinação do caráter das relações sociais. (MULHERN, 1999).

A partir dessa conceitualização podemos traçar um viés diferente do que seguidamente vem sendo abordado na historiografia referente ao período, pois a análise partindo das práticas sociais vinculadas ao contexto político são menosprezadas e por vezes nem mencionadas, o que nos dá um espaço de crítica a ser trabalhado.

Outro fator importante que nos permite compreender este processo pode ser encontrado no artigo de Bronislaw Baczko (1985), “A imaginação social”; neste podemos pensar acerca de uma estrutura acerca do imaginário social, nos permitindo analisar o simbólico, no que se refere a sua interferência na vida coletiva e sua realização de funções naquilo que tange os agentes sociais; definindo um código coletivo onde se evidenciam as necessidades e as expectativas, as esperanças e as angústias.

Amparado neste podemos pensar acerca da liderança de Saraiva dentro do Partido Nacional como foradele, pois como podemos observar em outras leituras, este possuía um aspecto que o relacionava a um Uruguai antigo e heroico, fazendo com que fosse aclamado e respeitado como novo “salvador” tanto para os camponeses que o seguiam como para os políticos partidários montevideanos (CHASTEEN, 2003).

Com base nestes, podemos traçar um outro perfil de Aparício Saraiva, deixando de lado a factualidade da narrativa bélica e a mitificação, colocando-o em um outro domínio, passível de maiores discussões e contextualizações.

### **Últimas considerações.**

É inegável contestar a força que o Partido Nacional obtivera no interior do Uruguai durante um longo período, principalmente ao se tratar dos Departamentos fronteiriços ao Estado brasileiro do Rio Grande do Sul. A autonomia dos *blancos* não se resumia apenas as deliberações eleitorais, os nacionalistas gozavam de grandiosa influência, sobretudo quando demonstravam a forte oposição frente à capital, Montevideu. Com a estratégia de governar a maioria dos Departamentos fronteiriços ao Brasil, o partido, detinha de certa forma, o controle alusivo ao trânsito no referido espaço, fazendo com que facilmente chegassem subsídios para as insurreições; e não só isso, com o controle desta região, os *blancos* facilitavam suas transações comerciais e estreitavam laços pessoais, fazendo com que o Estado nacional uruguaio e brasileiro não passasse de mera formalidade e em alguns casos, inexistente.

Aparício Saraiva, como símbolo de um partido, fez valer de seus atributos para inferir suas vontades e seus valores frente aos outros nacionalistas; exemplo de caudilho, o chefe *blanco* fez valer de suas relações as configurando pautando-as em suas experiências, montou sua rede com

agentes que de maneira ou outra acabavam convertendo suas atenções sob sua pessoa. Concebemos essa rede como um conjunto específico de conexões, assim como para Imízcoz (2004), é definido por um grupo de pessoas que com propriedade de características de ditas conexões, como um todo podem ser interpretadas em determinado comportamento social.

Ainda carecemos de um maior amadurecimento em certos conceitos, no entanto, cabe aqui uma série de reflexões pertinentes tanto ao estudo das relações e seus procedimentos como o processo histórico em que se conceberam tais atividades aqui mencionadas.

Assim, neste artigo, procuramos trazer certas notas acerca de um momento político e de seu principal agente, o caudilho Aparício Saraiva, homem peculiar de seu tempo e de sua região; buscamos apresentá-lo como um objeto de estudo frente à agremiação política na qual representava. No entanto, não nos cabe aqui fazer qualquer tipo de avaliação sobre seus atos e sim elucidar a importância dos mesmos em quanto sua representatividade como líder e símbolo partidário naquilo que tange as ações políticas vinculadas a aquilo que aí sim nos é caro, mostrar as ações de Saraiva frente ao Partido Nacional na fase que antecede a dita Revolução de 1904.

### Referências.

AZÉMA, Jean-Pierre. “A Guerra”. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003: p. 401 – 439.

AZÚA, Carlos Real de. “La historia política”. *Enciclopedia Uruguaya* N° 1. Tomo I. Montevideo: Arca, 1968: p. 2 – 19.

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social”. In: ROMANO, Ruggiero (org.) *Enciclopèdia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BOURDIEU, Pierre. “La representación política”. In: *El campo político*. La Paz: Plural Editores, 2001: p 63 – 104.

CHASTEEN, John Charles. *Fronteira rebelde, a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 2003.

DOBKE, Pablo. *Entre Rebeldes e Bandidos: As hostes revolucionárias de Aparício Saraiva e Honório Lemes durante as contendas de 1904 e 1923 em uma perspectiva comparada*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Trabalho de Conclusão de Curso, 2012.

FRADKIN, Raul. “Guerra y sociedad en el litoral rioplatense en la primera mitad del siglo XIX”. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos; PRO RUIZ, Juan e ZIMMERMANN, Eduardo. (Org.). *Las fuerzas de guerra en la construcción de Estado. América Latina, Siglo XIX*, Rosario: Prohistoria/SLBA, 2012: p. 319 – 356.

FREGA, Ana; MARONNA, Mónica; TROCHÓN, Yvette. “La propuesta agrícola del batllismo: Impulsos y limitaciones”. In: BALBIS, Jorge. (Org.). *El primer batllismo*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1991: p. 47 – 74.

GONZALEZ, Luis Rodolfo; VARESE, Susana Rodriguez. “Guaranies y Paisanos: Impacto de los indios misioneros en la formación del paisanaje”. *Nuestras Raíces*, N° 3. Montevideo: Nuestra Tierra, 1990.

HEINZ, Flávio M. “Elites rurais entre a representação e a política: exercício prosopográfico”. In: \_\_\_\_\_ *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: FGV, 2006: p. 123 – 142.

IMÍZCOZ, José Maria. “Actores, redes, procesos: reflexiones para una historia más global”. In: *Revista da Faculdade de Letras, História*. Série III, Vol. 5. Porto: Edição digital, 2004: p. 115 – 140. (Acessado dia 26 de agosto de 2013 em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2378.pdf>).

MULHERN, Francis. “A política dos estudos culturais”. In: WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (orgs.). *Em defesa da História. Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999: p. 50 – 73.

NAHUM, Benjamin (Coord.). *Estadísticas históricas del Uruguay (1900 – 1950)*, Tomo I. Montevidéo: Departamento de publicaciones, Universidad de la Republica, 2007.

RECKZIEGEL, Ana Luiza G. S. *A diplomacia marginal: vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893 – 1904)*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

RÉMOND, René. “As eleições”. In: \_\_\_\_\_ *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003: p. 37 – 55.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SEGARRA, Enrique Mena. *Aparicio Saravia, las ultimas patriadas*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1977.

TARACENA, Arturo. “Propuesta de definición histórica para región”. In: *Estúdios de Historia Moderna y Contemporânea de México*, Nº 35, Janeiro-Junho, 2008: p. 181 – 204.

UMPIÉRREZ, Alejo. *La forja de la libertad*. Montevidéo: Ediciones de La Plaza, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VIVES, Enrique Méndez. El Uruguay de la modernización. *Historia Uruguaya Tomo 5*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

ZORRILLA, Rubén H. *Estructura Social y Caudillismo, 1810 – 1870*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994.